

## Políticas Públicas de Agricultura Urbana: Estudo de Caso das Hortas Comunitárias na Região Oeste do Paraná

*Public Policies for Urban Agriculture: Case Study of Community Homegardens in the West Region of Paraná*

Adilson Anacleto<sup>1</sup>

Fabio Henrique Albuquerque de Jesus<sup>2</sup>

**RESUMO:** A Agricultura Urbana e Periurbana (AUP), em seus mais variados formatos, faz parte da estratégia de combate à fome e de garantia a segurança alimentar. O município de Cascavel vem se destacando no desenvolvimento de políticas públicas em especial para os programas de hortas comunitárias. No entanto ainda não existem estudos que monitorem na percepção dos envolvidos se as ações do poder público têm sido efetivas. Nesse contexto, a pesquisa busca diagnosticar a atual situação das hortas comunitárias existentes e se as políticas públicas de Agricultura Urbana e Periurbana e das hortas comunitárias da cidade de Cascavel tem sido eficiente. Foi realizado pesquisa exploratória descritiva em 2023 junto a 14 agricultores urbanos que atuam hortas comunitárias. O estudo revelou que a idade média dos participantes superior a 50 anos, e no que tange a cor ou raça 57% dos participantes declaram-se pardos. 29% brancos e 14% pretos, que obtinham renda mensal de até um salário mínimo. A pesquisa revelou que entre os fatores que potencializavam a AUP foi destacado a qualidade das hortaliças produzidas, a variedade de produtos ofertados e o fato de a produção ser orgânica, no entanto a falta de gestão interna entre os agricultores, a falta de planejamento em contexto geral resultavam em baixo poder de barganha do grupo junto ao poder público executivo e se constituíam as maiores barreiras no desenvolvimento da AUP na região. A reversão deste ciclo com base na organização coletiva pode possibilitar elevar o poder de barganha junto as várias esferas do poder público resultando em ações organizadas que possam vir de encontro as necessidades desse grupo de pessoas praticantes da agricultura urbana e periurbana.

**PALAVRAS-CHAVE:** fome, segurança alimentar, agricultura periurbana, interdisciplinaridade, vulnerabilidade social.

---

<sup>1</sup> Administrador, Professor doutor Programa de Mestrado Interdisciplinar em Sociedade e Desenvolvimento PPGSeD Universidade Estadual do Paraná- Campus de Campo Mourão. ORCID Link: <https://orcid.org/0000-0003-1050-4643> E-mail: [adilson.anacleto@unespar.edu.br](mailto:adilson.anacleto@unespar.edu.br)

<sup>2</sup> Psicólogo, Mestre em Sociedade e Desenvolvimento PPGSeD Universidade Estadual do Paraná- Campus de Campo Mourão. ORCID Link: <https://orcid.org/0009-0000-9803-5487> E-mail: [fabio.psicologo@hotmail.com](mailto:fabio.psicologo@hotmail.com)

**ABSTRACT:** Urban and Periurban Agriculture (AUP), in its most varied formats, is part of the strategy to combat hunger and guarantee food security. The municipality of Cascavel has been standing out in the development of public policies, especially for community garden programs. However, there are still no studies that monitor the perception of those involved whether the actions of public authorities have been effective. In this context, the research seeks to diagnose the current situation of existing community gardens and whether public policies on Urban and Peri-Urban Agriculture and community gardens in the city of Cascavel have been efficient. Descriptive exploratory research was carried out in 2023 with 14 urban farmers who operate community gardens. The study revealed that the average age of participants was over 50 years old, and in terms of color or race, 57% of participants declared themselves mixed race. 29% white and 14% black, who earned a monthly income of up to one minimum wage. The research revealed that among the factors that enhanced the AUP, the quality of the vegetables produced, the variety of products offered and the fact that the production was organic were highlighted, however the lack of internal management among farmers, the lack of planning in context generally resulted in the group's low bargaining power with the executive public power and constituted the biggest barriers in the development of the AUP in the region. Reversing this cycle based on collective organization can make it possible to increase bargaining power with the various spheres of public power, resulting in organized actions that can meet the needs of this group of people practicing urban and peri-urban agriculture.

**KEYWORDS:** hunger, food security, peri-urban agriculture, interdisciplinarity, social vulnerability.

## 1. INTRODUÇÃO

O conceito de desenvolvimento durante muito era relacionado de forma direta a crescimento econômico, de industrialização e em especial sobre a urbanização, no entanto este conceito não considerava os problemas de desigualdade social que a urbanização acelerada e sem planejamento trouxe para a sociedade, segundo Amaro (2003; 2007) a população mais pobre é sempre mais afetada nas condições básicas de sobrevivência e crescimento desordenado com o desemprego, falta de moradia, saneamento básico e em especial com a escassez de alimentos para consumo das famílias em condições socio vulneráveis. O cenário descrito promoveu o crescimento da Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) nos terrenos sem construções, e surgiu assim uma alternativa sustentável de combate a fome nessas áreas urbanas (Altieri; Nicholls, 2018).

De acordo com Branco e Alcantara (2011), no Brasil, a partir da década de 1980, a AUP começou a ganhar impulso, e teve acentuado crescimento na luta pela redução de pobreza extrema e garantia de segurança alimentar mínima (Sagae, 2020) no entanto, ainda não existe de forma regulamentada legislação federal sobre a temática, assim, a maior parte das experiências de AUP

**Revista Interdisciplinar**

são regulamentadas por leis municipais ou ocorrem de forma marginal, e como consequência, a estrutura e a dinâmica de projetos de hortas comunitárias variam muito de cidade para cidade e nem sempre são eficientes em sua proposição.

Especificamente no que se concerne ao Estado do Paraná, existe a inquietação com o abastecimento alimentar interno e a estratégia de agricultura em espaços urbanos, segundo Oliveira (2020), apenas na década de 80, ocorreram os primeiros registros de AUP na agenda do Poder Executivo municipal, iniciando a organização e instalação, de forma estruturada, de hortas comunitárias em Curitiba, capital do Paraná.

O Estado do Paraná no processo de urbanização foi uma das regiões brasileiras que mais teve o fluxo migratório do campo para as cidades, Anacleto e Silva (2023) relatam que o êxodo rural fortemente instalado fez com que as cidades se ampliassem as áreas favelizadas e as pessoas participantes deste processo sem formação profissional, conseguiam apenas empregos temporários ou de baixa remuneração. As pessoas que migravam do campo sem alternativas de sobrevivência e diante do conhecimento da produção agrícola herdada do rural, encontraram nos espaços urbanos vazios, uma alternativa real de sobrevivência.

Atualmente no Paraná, existem dezenas de projetos de AUP espalhados pelos municípios do Estado, no entanto ainda há uma escassez de estudos sistematizados que revele diagnósticos precisos e promova avaliações das políticas públicas que orientam as ações da agricultura urbana, no entanto urge ressaltar que na região Oeste do Paraná, o município de Cascavel vem se destacando no desenvolvimento de políticas públicas e em programas de apoio e fomento em especial no programa de hortas comunitárias.

O município de Cascavel possui uma trajetória recente de políticas públicas de AUP no município, mas que aparentemente pode se revelar como promissoras na consolidação deste processo. A prefeitura municipal de Cascavel (2017), por meio da lei municipal Nº 6.874, de 16 de julho de 2018, instituiu o Programa Municipal de Agricultura Urbana e Periurbana, que tinha por finalidade garantir a implementação da produção de alimentos em áreas urbanas e periurbanas, estabelecendo como atribuição do poder público a capacitação técnica, gestão e infraestrutura.

Nesse contexto, a pesquisa buscou diagnosticar a atual situação das hortas comunitárias existentes e se as políticas públicas de Agricultura Urbana e Periurbana e das hortas comunitárias

**Revista Interdisciplinar**

da cidade de Cascavel tem sido eficiente e se este modelo pode ser de embasamento para a melhoria dos processos produtivos em outras regiões.

**2. METODOLOGIA**

A pesquisa é caracterizada como exploratório descritiva similarmente ao proposto por Franco et al. (2024), seguida por observação participante, cuja a seleção se deu por acessibilidade e receptividade por participantes de duas hortas que foram recomendadas pelos técnicos da COPCRAF vinculadas ao poder público municipal, sendo que essas unidades produtivas são classificadas como as mais antigas e organizadas do município. Foram selecionados sete participantes de cada horta comunitária para participarem da pesquisa, estas pessoas foram escolhidas por suas reconhecidas capacidade de liderança junto aos grupos que pertencem, assim o total da amostra de participantes foi de quatorze líderes sendo que para participação na pesquisa o agricultor deveria estar cadastrado na horta comunitária e assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido conforme registro no comitê de ética.

Com o objetivo de caracterizar as hortas comunitárias selecionadas foi elaborado como instrumento de coleta de dados um roteiro de entrevista semiestruturada. A técnica da entrevista foi selecionada por permitir ao pesquisador obter, por meio do diálogo com questões previamente estabelecidas, a percepção do universo dos entrevistados de forma categorizada conforme proposição de Severino (2017). As perguntas da entrevista foram estruturadas e organizadas por meio das seguintes categorias: 1) dados demográficos; 2) tempo de adesão à horta; 3) dados socioeconômicos; 4) dados socioambientais; 5) dados socioculturais; 6) infraestrutura; 7) condições de acesso à horta; 8) dados políticos; 9) impactos que as hortas trouxeram na vida dos participantes.

As ações públicas e o apoio institucional do município de Cascavel para AUP foram analisadas conforme o modelo de Oliveira (2017), que classifica em quatro diferentes tipos a participação do estado no desenvolvimento de políticas públicas de Agricultura Urbana e Periurbana. São eles: marginal, emergente, societal e estatal.

Posteriormente as ameaças e oportunidades foram organizadas com o auxílio da análise SWOT, evidenciando os fatores externos que afetam o desempenho dos agricultores conforme proposição de. Ainda segundo a proposição de Anacleto e Silva (2023) no contexto interno foi

**Revista Interdisciplinar**

organizado uma matriz de impacto cruzado evidenciando os fatores organizacionais denominados pontos fortes e pontos fracos. Essa matriz, de acordo com Negrelle et al. (2012), atribui valores percentuais de 0 a 100 a cada opinião expressada pelos entrevistados. Primeiramente, as opiniões são avaliadas de forma individual, e posteriormente as informações são cruzadas de maneira coletiva, comparando a respectiva influência exercida e a influência sofrida. Quanto maior o índice, maior a relevância do fator sobre o contexto geral.

A matriz de impacto gera um índice de relevância que pode ser obtido pela seguinte equação:

$$IR = FA \times FB \times 100 / \sum SF$$

IR= Índice de Relevância da situação avaliada;

FA = Índices de influência recebida;

FB = Índices de influência provocada;

$\sum SF$ = Somatória dos índices (FA x FB) de todas as questões analisadas.

Adotou-se finalmente a análise interpretativa e descritiva por meio da triangulação de dados entre a observação dos pesquisadores e das respostas similares obtidas junto aos entrevistados.

**3. RESULTADOS**

A idade média dos participantes era elevada e apesar da amplitude entre vinte e três e setenta e quatro anos a pesquisa revelou que a maioria entre os entrevistados eram pessoas com mais de 50 anos (Tabela 1).

Tabela 1 – Faixa etária dos agricultores na agricultura urbana e periurbana em Cascavel Paraná (%)

Faixa etária	%
20 a 24	7,14
25 a 29	7,14
35 a 39	7,14
40 a 44	0,00
45 a 49	7,14
50 a 54	21,43
55 a 59	14,29

**Revista Interdisciplinar**

60 a 64	21,43
65 a 69	7,14
70 a 74	7,14

Fonte: Os autores (2023)

A maioria dos produtores urbanos (79%) eram casados, seguidos pelos divorciados (14%) e apenas 7% eram solteiros. O arranjo familiar com duas pessoas adultas, na qual os filhos não vivem mais com os agricultores, representava a maior parte da amostra (n=42%).

Tabela 2 – Composição familiar: número de pessoas vivendo na residência das pessoas envolvidas com a agricultura urbana e periurbana em Cascavel Paraná

Composição familiar	%
Uma pessoa	7,14
Duas pessoas	42,86
Três pessoas	14,29
Quatro pessoas	28,57
Cinco pessoas	7,14

Fonte: Os autores (2023)

Os trabalhadores nas hortas comunitárias eram em sua maioria homens (n=57%), e que em contexto geral não haviam completado o ensino fundamental (Tabela 3), sendo que os principais motivos para situação descrita foram a necessidade de trabalhar para a geração de renda familiar, casamento e gravidez no caso das mulheres.

Tabela 3 – Escolaridade das pessoas envolvidas com a agricultura urbana e periurbana em Cascavel Paraná

Escolaridade	Cascavel
Analfabeto	7,14
Ensino fundamental incompleto	50,00
Ensino fundamental completo	28,57
Ensino médio completo	14,29

Fonte: Os autores (2023)

A maior parte dos agricultores que participaram da pesquisa pertenciam a um assentamento e foram retirados de uma ocupação irregular no município, sendo posteriormente realocados pela prefeitura municipal nos bairros onde hoje estão instaladas as hortas comunitárias e segundo relato da totalidade dos entrevistados os mesmos foram extremamente hostilizados e foram vítimas de

**Revista Interdisciplinar**

diversas formas de preconceitos por parte dos moradores que já residiam nas localidades, mas também relataram que ao longo do tempo essa situação foi se amenizando.

Os agricultores que se declararam pardos eram a maioria evidenciando 57% dos participantes, ainda foram registrados que 29% eram brancos e 14% eram pretos, que independente da raça obtinham baixa renda, sendo que os de menor renda (R\$ 599,00 reais mensais) não possuíam renda fixa oriunda da AUP e necessitavam desenvolver outras atividades, e nestes casos a produção era quase que totalmente para alimentação familiar.

Todos os agricultores de Cascavel residiam entre 100 metros e 1 quilometro da horta onde trabalhavam, e a dedicação total a AUP ocorria pela minoria das pessoas (n=21,43%), no entanto esse grupo de pessoas dada a sua dedicação eram os que obtinham a maior renda média mensal (Tabela 4), com trabalho todos os dias da semana e em média oito a dez horas diárias.

Tabela 4 – Média de renda mensal das pessoas envolvidas com a agricultura urbana e periurbana em Cascavel Paraná

Renda do agricultor(a)	Cascavel
Até R\$ 599,00 reais	14,29
De R\$ 600,00 até R\$ 1.349,00	64,29
De R\$ 1.350,00 até 2.249,00	21,43

Fonte: Os autores (2023)

A maior parte dos agricultores entrevistados (n=85,72%) possuíam no mínimo quatro anos de participação e trabalho nas hortas comunitárias do município, e nestes casos observou-se que os que atuavam a mais tempo eram justamente os que possuíam maior quantidade de terra para produção, esta situação gerava grandes diferenças no potencial produtivo com amplitude entre 30 m<sup>2</sup> e 1800 m<sup>2</sup> entre as áreas disponíveis para cada família cultivar.

A totalidade dos agricultores entrevistados relataram que não receberam nenhum tipo de treinamento ou assistência técnica ao iniciar seu trabalho nas hortas, e que foram aprendendo de forma empírica e com a própria prática diária de trabalho, no entanto foi observado que as orientações no que tange ao cultivo orgânico nas hortas eram realizadas por intermédio da Cooperativa de Produção e Comercialização da Reforma Agrária e Agricultura Familiar - COPCRAF, que orientava no uso de formulas e compostos naturais.

Os agricultores não pertenciam a nenhuma associação classe e não possuíam organização política que dialogassem com os conselhos municipais ou mesmo o poder público.

**Revista Interdisciplinar**

A escolha de espécies e comercialização era realizado por decisão de cada agricultor e não foi identificado a existência de planejamento ou comercialização coletiva nas hortas, bem como também não foi identificado um modelo de gestão definido pelo poder público municipal. Porém foram, identificadas ações isoladas que beneficiavam os produtores, a saber: a organização da feira do produtor exclusiva para vendas das hortaliças das hortas comunitárias do município uma vez ao mês, e neste mesmo período oferta gratuitamente adubos orgânicos e mudas de hortaliças prontas ao plantio, no entanto a maioria dos produtores urbanos ( $n= 85,71\%$ ) relataram que, por questão da qualidade dos produtos, eles preferiam comprar as mudas e o adubo orgânico de viveiros da cidade, mas essa prática elevava os custos de produção e reduzia os lucros.

As principais espécies cultivadas eram alface, almeirão, abóbora, batata doce, beterraba, brócolis, cana-de-açúcar, cebolinha, salsa, coentro, chuchu, repolho, rúcula, rabanete, mandioca, pepino, quiabo, tomate, além de grande diversidade de plantas aromáticas e condimentares.

As formas de comercialização para a totalidade dos entrevistados eram realizadas nos próprios locais da produção e o restante era ofertado no sistema de “porta em porta”, sendo que os entrevistados consideraram que os preços cobrados por eles eram menores que o valor de mercado, mas eram justos.

O controle de pragas era um dos graves entres, dado que o sistema orgânico de produção não permite o uso de agroquímicos as recomendações e orientações técnicas no combate às pragas não mostravam eficiente para nas hortas investigadas.

O fator climático especialmente no período de verão, gerava grande dificuldade na produção e colheita das hortaliças. Somente 21,43% dos agricultores conseguiam produzir suas hortaliças nesse período, mas com um retorno bem menor quando comparado aos outros meses do ano. Segundo a totalidade dos entrevistados, esta situação é um fator que vem ocorrendo e se intensificando nos últimos anos, mas eles ainda não haviam recebido orientações e assistência técnica para lidar com a situação problema.

O número de safra anual variava de acordo com cada família, mas em média cerca de até doze colheitas por ano, no entanto esse processo era feito de forma desorganizada sem controle dos custos de produção ou mesmo dos valores de retorno financeiro com as vendas das hortaliças.



**Revista Interdisciplinar**

A segurança alimentar era o principal fator de participação dos agricultores urbanos nas hortas (n=85,71%), que também reconheciam essa situação como um benefício essencial pela economia na compra de outros produtos para a sua alimentação diária.

A AUP no que tange ao cenário externo as hortas comunitárias possuem questões que sugerem que o conjunto das oportunidades pode favorecer o desenvolvimento das hortas e o conjunto das ameaças em quase que na totalidade com a instalação de processos de organização coletiva poderia ser mitigadas (Quadro 1).

Quadro 1. Principais fatores externos associados a AUP no município de Cascavel na percepção dos entrevistados.

Oportunidades	Ameaças
Mercado de alimentação saudável e sustentável em expansão favorece a comercialização	Condições climáticas adversas
Legislação municipal de apoio a AUP e apoio às hortas comunitárias	Alterações nas políticas públicas de para AUP e hortas comunitárias
Consumidores associando a alimentação com os ODS.	Crise econômica
A promoção da segurança alimentar na agenda de políticas públicas do Governo Federal.	Encarecimento dos recursos de produção
Possibilidade de novos convênios e parcerias com organizações do setor público e privado.	Falta de apoio do poder publico
Novas tecnologias de produção sustentável	Instabilidade política

Fonte: Os autores (2023)

A pesquisa revelou que entre os fatores internos de maior potencialidade a qualidade das hortaliças produzidas, a variedade de produtos ofertados e o fato da produção ser orgânica (Tabela 1) foram as mais relatadas de forma positiva, enquanto que negativamente forma destacados a falta de gestão interna entre os agricultores, a falta de planejamento em contexto geral que resultava em baixo poder de barganha do grupo junto ao poder público executivo e se constituíam as maiores barreiras no desenvolvimento da AUP na região (Tabela 1).

Tabela 5. Principais fatores associados a AUP no município de Cascavel na percepção dos entrevistados.

Pontos fortes		IR	Pontos fracos		IR
1	Qualidade das hortaliças produzidas	23,5	1	Falta de gestão interna entre os agricultores	30,31
2	Variedade de produtos ofertados	22,8	2	Falta de planejamento	9,01
3	Produção orgânica	22,8	3	Baixo poder de barganha junto ao poder público executivo	8,99
4	Preço acessível para a comunidade	15,9	4	Falta de assistência técnica efetiva	7,90
5	Tradição dos locais de produção	6,6	5	Desconhecimento sobre produção	6,09
6	Localização das hortas nos bairros	5,1	6	Desconhecimento sobre comercio	5,55
7	Engajamento pessoal dos agricultores	3,3	7	Sistema de irrigação deficitário	5,55

**Revista Interdisciplinar**

Fonte: Os autores (2023)

As ações referentes as políticas públicas e o apoio institucional para AUP em contexto geral não eram capazes de promover o desenvolvimento das famílias envolvidas no processo (Quadro 2; Quadro 3).

Quadro 2 – Ações e Políticas Públicas de Cascavel para AUP

Acesso à Terra	Serviço de Agricultura e Segurança Alimentar				Serviços Ambientais	
Programa de Acesso à Terra para AUP	Créditos e Financiamentos para AUP	Educação e Assistência Técnica para AUP	Assistência para Acesso a Mercados	Gestão de riscos	Promoção de Técnicas de Agricultura Ecológica	Serviço de Integração entre Compostagem e AUP
Sim	Sim	Insuficiente	Não	Não	Insuficiente	Não

Fonte: Os autores (2023)

Quadro 3 – Aspectos da Institucionalização da AUP no município de Cascavel

Estado legal da AUP	Orçamento público para AUP	Inclusão da AUP no Plano de Segurança Alimentar	Inclusão da AUP no Plano de desenvolvimento Urbano	Existência de um comitê intersetorial de AUP	Existência de Canais de Participação Política
Atividade legal	Sim	Não	Não	Não	Não

Fonte: Elaborada pelos autores com base no modelo de Oliveira (2017)

Os resultados da análise revelaram que a AUP na cidade de Cascavel no que se refere as hortas comunitárias é classificada do tipo “emergente”, ou seja uma situação que já foi relegada a assuntos secundários, que nos últimos anos, o poder público tem buscado de forma mínima regulamentar a política pública de AUP, mas os recursos e os processos no geral, são insuficientes.

**4. DISCUSSÃO**

A compreensão dos fatores motivacionais dos agricultores urbanos é um ponto fundamental que deve ser considerado pelos formuladores de políticas públicas de AUP, dado que deve ser premissa a compreensão da consciência discursiva sobre este lugar e das pessoas inseridas no ambiente, assim perceber que grupos sociais excluídos e com históricos de dificuldades devem possuir lugares de fala seria uma forma de romper com o silêncio instituído e com uma hierarquia estrutural que nem sempre dá voz aos socialmente vulneráveis. A segregação sofrida por esse grupo

**Revista Interdisciplinar**

de pessoas, influenciou no desenvolvimento das hortas comunitárias, dado que sem outras alternativas de sobrevivência e acesso a emprego ou alternativas de renda a agricultura urbana foi uma das estratégias que estas famílias implantaram para ter acesso à alimentação de qualidade e de obtenção de renda mínima.

A história de resistência do início das atividades da AUP, com a união coletiva nas ações iniciais para a instalação de poço artesiano, a movimentação para obtenção de assistência do poder público contrasta com a situação atual, em que a organização coletiva é relegada a segundo plano e os processos de produção e comércio são individualizados.

A reversão desta situação aparentemente não é tão simples, dado que antes mesmo do processo de organização é necessário o acesso ao conhecimento agrônomo e de manejo de culturas de forma mais aprofundada. Urge que seja considerado que as famílias com baixa escolaridade e sem formação profissional podem vislumbrar em alternativas produtivas mais simples a ampliação da renda, mas para tal, a melhoria da produtividade e da qualidade dos produtos se torna essencial. A melhoria da qualidade da produção, pode gerar a elevação dos valores mensais de renda e essa situação influencia consideravelmente as questões sociais, dado que o maior poder aquisitivo, além de garantir acesso mais facilitado as condições de saúde também garantem a complementação da alimentação familiar, situação que ainda permanece como inalcançada por significativa parcela dos entrevistados.

Posteriormente a questão da organização coletiva deve ser analisada com maior profundidade, a superação das condições de vulnerabilidade social deve vislumbrar a adoção de estratégias efetivas para fortalecer a autonomia enquanto indivíduo, mas também de forma coletiva, pensar de forma associativista nas relações sociais e comunitárias pode resultar no fortalecimento do tecido social e na organização das comunidades.

Ao se analisar a gestão interna dos agricultores das hortas comunitárias de Cascavel, de acordo com a proposição de Faria (2017), observa-se a ocorrência da autogestão parcial ou restrita, o que revela que internamente possuem características de organização, mas que são restritas ao nível de unidades produtivas individualizadas, não podendo ser classificadas como autogestão social, sendo que as ações coletivas são esparsas e distanciam a coletividade de cumprir o propósito inicial de gerar renda e garantir segurança alimentar. O reencontro da comunidade em si, na reorganização de suas ações que envolvam a política e autogestão, pode transformar a mentalidade

**Revista Interdisciplinar**

individualista para uma realidade sustentada por ações coletivas, proporcionando uma visão mais abrangente e conhecedora das necessidades e com maior poder de barganha junto ao poder público, dado que apesar dos avanços ocorridos na política pública a maioria dos participantes ainda não se sentem escutados, reconhecidos e valorizados, no entanto ainda assim os agricultores urbanos entrevistados na presente pesquisa continuam motivados e comprometidos com seus valores pessoais.

De acordo com Wilson e DuFrene (2008), valores são consequências escolhidas e construídas verbalmente para padrões de comportamento contínuos, dinâmicos e em evolução, que estabelecem reforçadores que são intrínsecos ao engajamento no próprio padrão comportamental valorizado. Viver com base em valores é viver com intenção, escolhendo conscientemente uma vida direcionada ao que é importante para si, proporcionando um senso de direção consciente e significativo para vida (Lejeune, Luoma, 2019).

Os agricultores urbanos, por meio do seu trabalho nas hortas, conseguem viver uma vida alinhada a seus valores pessoais. Conhecer o lugar de fala deles permite a reflexão e a constatação de que o conceito de hortas comunitárias envolve muito mais que apenas a produção de alimentos no meio urbano.

A inserção de processos de autogestão social pode ser vista como a principal alternativa na reversão do ciclo perverso da pobreza conforme descrito por Sachs (2004) e Anacleto (2024) que relatam que grupos empobrecidos vivem dificuldades oriundas da falta de organização coletiva e da falta de fortalecimento do tecido social, e isso resulta em dificuldades de acessar os recursos de fomento para a melhoria na produção e comércio, e, por não acessar os recursos de fomento para a melhoria da produção e comércio, não conseguem melhorar a qualidade de vida e assim continuam empobrecidas, ainda segundo os autores a reversão deste ciclo com base na organização coletiva possibilita elevar o poder de barganha junto as várias esferas do Poder Público no sentido de encaminhar diálogos entre os vários segmentos, que possam resultar em ações organizadas que possam vir de encontro as necessidades dessas comunidades.

**3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

**Revista Interdisciplinar**

A idade média dos participantes era elevada sendo que a maioria das pessoas tinham mais de 50 anos, e no que tange a cor ou raça 57% dos participantes declaram-se pardos. 29% brancos e 14% pretos, que obtinham renda mensal de até um salário mínimo.

A pesquisa revelou que entre os fatores que potencializavam a AUP foi destacado a qualidade das hortaliças produzidas, a variedade de produtos ofertados e o fato da produção ser orgânica, no entanto a falta de gestão interna entre os agricultores, a falta de planejamento em contexto geral resultavam em baixo poder de barganha do grupo junto ao poder público executivo e se constituíam as maiores barreiras no desenvolvimento da AUP na região.

As AUP na cidade de Cascavel no que se refere as hortas comunitárias é classificada do tipo “emergente”, ou seja, o poder público tem buscado de forma mínima regulamentar a política pública de AUP, mas os recursos e os processos no geral eram insuficientes e não eram capazes de promover o desenvolvimento das famílias envolvidas no processo.

Considera-se finalmente que o desenvolvimento da AUP e o fortalecimento desses grupos de produtores em condições de vulnerabilidade social aparentemente não será alcançada a curto e médio prazo, diante deste contexto, alguns aspectos devem ser considerados na geração de propostas para garantir que o desenvolvimento da atividade de torne mais facilitado e a organização coletiva pode ser considerada como a principal alternativa na reversão do ciclo perverso da pobreza dado que a maioria das dificuldades são oriundas da falta de organização coletiva e da falta de fortalecimento do tecido social, e isso resulta em dificuldades de acessar os recursos de fomento para a melhoria na produção e comércio, e, por não acessar os recursos de fomento para a melhoria da produção e comércio, não conseguem melhorar a qualidade de vida e assim continuam empobrecidas e em condições de vulnerabilidade, assim a reversão deste ciclo com base na organização coletiva possibilita elevar o poder de barganha junto as várias esferas do Poder Público no sentido de encaminhar diálogos entre os vários segmentos, que possam resultar em ações organizadas que possam vir de encontro as necessidades dessas comunidades.

Frente ao diagnóstico exposto, apresentam-se recomendações de contribuições possíveis aos distintos atores envolvidos na promoção e no desenvolvimento da AUP no município de Cascavel:

Promover o fortalecimento de políticas públicas de fomento a AUP por intermédio de legislação

**Revista Interdisciplinar**

Promover a inclusão da AUP no plano de segurança alimentar municipal.

Inclusão da AUP no plano de desenvolvimento econômico do Município.

Criação de um comitê intersetorial municipal de AUP.

Facilitar a participação política para os agricultores urbanos nos conselhos municipais e nos processos decisórios relativos a AUP.

Promover encontro com os participantes da AUP no município para diálogo de expectativas e necessidades.

Incentivar e colaborar na organização de grupos formais/informais associados a AUP para troca de experiências.

Criar processos facilitados de legalização das unidades de cultivo.

Organizar eventos técnicos em conjunto com outras instituições visando o debate de um planejamento estratégico para alavancar AUP.

Organizar em parceria com entidades como Cooperativas, SEAB e IDR, visando uma orientação aos produtores sobre os procedimentos técnicos para melhorar a qualidade dos cultivos.

Organizar em parceria com entidades como Cooperativas e SEBRAE, visando uma orientação aos produtores sobre técnicas de vendas e marketing.

Ampliação do número de feiras de comercialização já existentes.

A organização futura de certificação da produção oriunda do Estado, vislumbrando tendências como socialmente justo ou produção ecológica entre outras que pudessem beneficiar as famílias de baixa renda.

Promover diálogo com as Universidades para ampliar as pesquisas sobre a AUP, no que tange a cultivos orgânicos e tecnologias de baixo custo na produção.

Inserir a problemática no ambiente universitário, como semanas científicas e de extensão.

Ofertar aos produtores, a custos reduzidos, elementos de apoio de base produtiva como análise de solos, mudas e cursos voltados à produção e administração rural.

## REFERÊNCIAS

ALTIERI, Miguel; NICHOLLS, Clara. Urban agroecology: designing biodiverse, productive and resilient city farms. **Agroecology and Sustainable Agricultural Systems**, v. 46, n. 2, p. 49-60, 2018. Disponível em: <https://www.fao.org/agroecology/database/detail/en/c/1191698/>

AMARO, Rogério Roque. Desenvolvimento - um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria. **Cadernos de estudos africanos**, n. 4, p. 35-70, 2003. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/cea/article/view/8659>

AMARO, Rogério Roque. Desenvolvimento ou pós-desenvolvimento? Des-envolvimento e... Noflay!. **Cadernos de Estudos Africanos**, n. 34, p. 75-111, 2007. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cea/2335>

ANACLETO, A.; SANTOS, Herica.; ROSÁRIO, Livia; Pesca de siri com gaiolas no litoral paranaense: entre novas e velhas aprendizagens. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, v. 16, n. 1, p. 01-16, 2024. Disponível em: <https://ojs.europublications.com/ojs/index.php/ced/article/view/2259>

ANACLETO, Adilson; MARIA, Francisca. Hortas comunitárias urbanas e periurbanas no estado do paraná: breve panorama sobre as implicações ambientais, sociais e econômicas. **Diálogos Possíveis**, v. 22, n. 1, 2023. Disponível em: <https://revista.grupofaveni.com.br/index.php/dialogospossiveis/article/view/1520>

ARAÚJO, Elizandra Flávia. **Da colônia à metrópole: trajetórias e discursos em torno da agricultura urbana na cidade de Curitiba/Paraná**. 2021. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2021.

BRANCO, Marina Castelo; ALCÂNTARA, Flávia A. de. Hortas urbanas e periurbanas: o que nos diz a literatura brasileira? **Horticultura brasileira**, v. 29, n. 3, p. 421-428, jul./set. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hb/a/BBhZ9hvsDdRCbwd9mQF87ZQ/abstract/?lang=pt>

CASCAVEL. **Programa Municipal de Agricultura Urbana de Cascavel**. Lei n. 6874 de 16 de julho de 2018. Diário Oficial, 19 de julho de 2018. Disponível em: <http://leismunicipa.is/mwiln>. Acesso: 27 dez. 2022.

CASCAVEL. **Criação na administração pública municipal, do setor Território Cidadão**. Decreto N° 13.338 de 1 de março de 2017. Diário oficial, 09 de maio de 2017. Disponível em: <http://leismunicipa.is/ivodq>. Acesso: 29 dez. 2022.

COLLINS, Patricia Hill. **Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness and the Politics of Empowerment**. New York: Routledge, 2000.

**Revista Interdisciplinar**

FARIA, José Henrique de. Autogestão, economia solidária e organização coletivista de produção associada: em direção ao rigor conceitual. **Cadernos Ebape**, v. 15, n. 3, p. 629-650, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/4XBjkcZTNxTqRh7ZW8BxMgz/?lang=pt>

FRANCO, Thais Cardoso; MATIELLO, Ana Claudia Taube; SIQUEIRA, Euzemar Fátima Lopes; PEREIRA, Lisanil da Conceição Patrocínio. A importância do Associativismo e do protagonismo da Mulher na Agricultura: Um estudo no município de Peixoto de Azevedo-MT. **Cadernos Cajuína**, v. 9, n. 3, p. e249308-e249308, 2024. Disponível em: <http://v3.cadernoscajuina.pro.br/index.php/revista/article/view/304/318>

KINGSLEY, Jonathan; FOENANDER, Emily; BAILEY, Aisling. “You feel like you’re part of something bigger”: exploring motivations for community garden participation in Melbourne, Australia. **BMC Public Health**, v. 19, p. 1-12, 2019. Disponível em: <https://bmcpublihealth.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12889-019-7108-3>

LEJEUNE, Jenna; LUOMA, Jason B. **Values in therapy: A clinician's guide to helping clients explore values, increase psychological flexibility, and live a more meaningful life**. Oakland: New Harbinger Publications, 2019.

NEGRELLE, Raquel. Rejane.; ANACLETO, Adilson. Extrativismo de bromélias no Estado do Paraná. **Ciência Rural**, v. 42, p. 981-986, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cr/a/t5cfkSz7Tzj4ZJXQ89KzCLv/?lang=pt>

OLIVEIRA, Edson Fonseca. **A agricultura urbana e seus modos de organização: um estudo comparativo de casos em Curitiba**. 2020. Dissertação de Mestrado. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2020.

OLIVEIRA, Lya Cynthia Porto de. **Redes, ideias e ação pública na agricultura urbana: São Paulo, Montreal e Toronto**. 2017. Tese (Doutorado em Administração pública e governo) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP/FGV), Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2017.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SACHS, I. Inclusão social pelo trabalho decente: oportunidades, obstáculos, políticas públicas. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 23-49, 2004. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9998>

SAGAE, Sagae Erika. Agricultura urbana no planejamento das cidades e a participação social. **Revista Americana de Empreendedorismo e Inovação**, v. 2, n. 1, p. 45-51, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unespar.edu.br/raei/article/view/3188>

SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. **História da alimentação no Paraná**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2007.





SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

WILSON, Kelly G; DUFRENE, Troy. **Mindfulness for two: An acceptance and commitment therapy approach to mindfulness in psychotherapy**. Oakland: New Harbinger Publications, 2008.

